



PARLAMENTO / Com a medida provisória que cria o Mover prestes a caducar, Congresso precisa aprovar o projeto de lei que trata do mesmo tema. Porém, a emenda que tributa as compras de até US\$ 50 impede a votação

Semana decisiva para compras on-line

» ÁNDREA MALCHER
» RAFAELA GONÇALVES

A Câmara dos Deputados deve votar nesta semana o projeto de lei que prevê a cobrança do Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50. O dispositivo foi inserido no Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) para atender ao pleito da indústria varejista brasileira, mas não encontra consenso entre os parlamentares nem da base nem da oposição.

Por isso, fontes próximas ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), avaliaram ao **Correio** que, embora a medida provisória (MP) que cria o Mover, editada em dezembro, perca a validade na próxima sexta-feira, a matéria “está na pauta há dias e sem sinal de avanço nas negociações” e não deve ser votada em uma semana esvaziada como esta.

Cumprindo a determinação de não debater matérias que cheguem por medida provisória, o Congresso impôs ao governo que a análise do tema ocorresse por meio de um projeto de lei. Mas, para não haver descontinuidade no Mover, o PL está transitando com urgência, justamente para que não haja um vácuo de regulamentação. O programa está em andamento desde dezembro e, caso a MP caduque, terá que ser suspenso.

Lira determinou, no fim da última semana, que os deputados estejam em Brasília hoje para votar a questão, com a exigência de registro biométrico no plenário. O parlamentar teria ligado para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo uma reunião presencial para tentar negociar a taxa de compras internacionais e teria, inclusive, apresentado três alternativas. A primeira permite uma única compra anual com isenção. A outra, com duas compras por ano, uma em cada semestral. A terceira seria uma taxa gradual, tal qual a desoneração da folha de pagamento.

No entanto, a reunião ficou para esta semana, apertando ainda mais o tempo de vida do texto. Com validade de 120 dias, a MP perderá o efeito e ainda precisa ser analisada no Senado até quarta-feira, tendo em vista o feriado de Corpus Christi no dia 30 de maio. O **Correio** apurou que o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) permaneceu em Brasília, mas que, para fazer qualquer negociação sobre assunto, aguardaria o início da semana.

Atualmente, as compras do exterior abaixo de US\$ 50 estão enquadradas no programa Remessa Conforme, da Receita Federal, e são taxadas somente pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é estadual, com alíquota de 17%. O Imposto de Importação, federal, de 60%, é cobrado somente em remessas que custem acima de US\$ 50.

A medida é considerada impopular por parte dos deputados, que acreditam que poderia prejudicar os parlamentares no futuro, com a proximidade das eleições municipais. Por outro lado, a taxa é vista como necessária para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, além de ser um instrumento de arrecadação.

Diante do impasse sobre a cobrança integral do Imposto de Importação, o relator do PL do Mover, deputado Átila Abreu (PP-PI), deve sugerir uma tributação escalonada para valores de até US\$ 50. Na prática, a alternativa prevê que a alíquota suba conforme o valor da mercadoria.

Setor produtivo pressiona

Segundo o último balanço bimestral do Remessa Conforme, divulgado no início deste mês, referente aos meses de fevereiro e março, foram registradas 32,2 milhões de vendas on-line para o Brasil. O valor aduaneiro somou R\$ 2,6 bilhões, rendendo arrecadação de R\$ 328 milhões com o Imposto de Importação.

Entidades ligadas ao comércio e à indústria têm pressionado pela taxa das compras on-line desde o governo



O Ministro Haddad, anunciou, em abril de 2023, a cobrança do II para compras on-line abaixo de US\$ 50. Mas...



...Janja não gostou e apelou para que não fosse feita a cobrança. Surgiu o Remessa Conforme, sem a taxa...



...Lula abraçou a causa de Janja e disse que vai vetar a lei...



...Lira defende o setor varejista nacional e quer criar alternativas para que a lei seja aprovada.

Bolsonaro. Mas foi a partir da criação do Remessa Conforme que a campanha se intensificou. No ano passado, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a medida, a primeira dama Janja da Silva chegou a fazer uma live no Instagram, com Haddad, para pedir para não tributar. Na semana passada, a votação da matéria foi cancelada depois de o próprio presidente Lula, perguntado por jornalistas, responder que vai vetar, caso o item seja aprovado no Congresso. No mesmo dia, mais cedo, Haddad havia defendido a “isonomia” entre a indústria nacional e a externa.

Em nota conjunta, o setor produtivo alega que tem enfrentado “uma grave concorrência desigual, com quedas de produção e perda de empregos”. Atualmente, ao perder vendas para essas importações menos tributadas, a indústria e o comércio nacionais deixam de empregar 226 mil pessoas. A desigualdade na tributação entre a produção nacional e as importações de até US\$ 50, por meio de plataformas de comércio eletrônico, destrói empregos no Brasil”, destacou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban.

As varejistas chinesas, por outro lado, alegam que o novo imposto pode encarecer as compras em cerca de 92%, chegando a dobrar o preço final dos produtos ao consumidor. “Essa é uma emenda inesperada em um texto que não guarda

qualquer relação com o tema que está sendo discutido. Tentou-se argumentar que os dois falam de programas de importação, mas não dá para comparar quem importa um carro elétrico com quem compra uma calça jeans”, disse ao **Correio** a head de relações governamentais da Shein no Brasil, Anna Beatriz Lima.

Guerra de dados

A Shein divulgou um levantamento que aponta que a maior parte dos seus consumidores são de classes mais baixas, indicando que uma nova taxa de consumo dos mais pobres. De acordo com a varejista chinesa, o percentual de consumidores das classes C, D e E que adquirem produtos internacionais na plataforma da empresa é de 88%.

Na iminência da votação, o presidente da Câmara mencionou uma pesquisa realizada pela CNI que rebate esse cenário, afirmando que a maioria dos consumidores de sites asiáticos que seriam atingidos com o fim da isenção para compras no exterior de até US\$ 50 são de classe alta. De acordo com os dados, apenas 18% da população com renda de até dois salários mínimos fizeram compras on-line internacionais de produtos com isenção de até US\$ 50. Lira descartou tratar da questão em outro projeto.

» Moraes rejeitar recurso de Bolsonaro ao TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, negou ontem o recurso apresentado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro contra decisão que o condenou à inelegibilidade por oito anos, bem como o seu candidato a vice-presidente nas eleições de 2022, general Walter Braga Netto. Moraes rejeitou um pedido dos advogados da chapa para que o caso fosse analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), chamado de “recurso extraordinário”. Para tanto, porém, a demanda dependeria de uma aprovação de admissibilidade do próprio TSE. Segundo o ministro, o pedido não atendeu aos requisitos legais previstos para esse tipo de recurso. Ele argumentou também que a decisão do TSE não violou a Constituição e que também não houve prejuízo ao direito de defesa dos dois integrantes da chapa eleitoral. A condenação se refere ao abuso de poder político e econômico ao usar os atos de 7 de setembro de 2022 para fins eleitorais. Já a decisão de Moraes foi publicada ontem, apesar de ter sido tomada na sexta-feira. Bolsonaro informou que vai recorrer da decisão.

Congresso vota vetos amanhã

» VICTOR CORREIA

A análise de vetos presidenciais volta à pauta do Congresso Nacional nesta semana — encurtada por conta do feriado de Corpus Christi, na quinta-feira. A segunda sessão conjunta do ano entre Câmara e Senado está marcada para a tarde de amanhã, e pode apreciar 26 itens, sendo 17 vetos e nove autorizações para crédito extraordinário, que somam R\$ 2 bilhões destinados a áreas como o Exército, o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação.

O debate pode trazer definições sobre temas caros ao governo, incluindo vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 e o fim das “saldinhas” nos presídios, que foram adiados pela base governista pelo menos três vezes para evitar possíveis derrotas no Parlamento. O adiamento mais recente ocorreu na última sessão conjunta, em 9 de maio, após acordo firmado entre os congressistas.

Um dos principais temas em discussão é o veto ao calendário das emendas parlamentares. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a LDO, rejeitou o trecho que obrigava o pagamento de todas as medidas de bancada e individuais até o dia 30 de junho. Deputados e senadores prometeram, porém, derrubar a decisão de Lula. Na última sessão, o governo fechou um acordo com lideranças partidárias para manter o veto, comprometendo-se a pagar parcela considerável das emendas dentro do prazo.

À época, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), comentou que a promessa é pagar 55% das chamadas “emendas pix”, que caem direto na conta dos municípios, 100% das emendas fundo-a-fundo destinadas à saúde, 85% das emendas individuais na saúde, e 83% das emendas individuais na área da assistência social. O pagamento antecipado em ano eleitoral é de grande interesse para os partidos, já que o aporte de recursos para as prefeituras antes do período de campanha pode ajudar prefeitos que tentam a reeleição ou colocar aliados em seus lugares.

O adiamento da votação ocorreu para que o acordo fosse discutido com outros líderes partidários, que não estiveram presentes na sessão passada. O entendimento da sessão passada também incluiu a retirada da pauta do veto à lei que restringe as saídas temporárias para presos. Lula cortou trecho que retirava completamente a possibilidade de o preso sair para visitar a família ou participar de atividades do convívio social. O governo argumenta que a medida é inconstitucional e que as visitas a familiares “minimizam os efeitos do cárcere e favorece o paulatino retorno ao convívio social”.

Parlamentares da oposição pretendiam derrubar o veto antes do Dia das Mães, mas também queriam o adiamento da análise de outra decisão, do ex-presidente Jair Bolsonaro, a trecho do projeto que revoga a Lei de Segurança Nacional, criada ainda na ditadura militar. O texto vetado da Lei 14.197/2021 permitiria a punição com até cinco anos de reclusão pela divulgação de fake news. Dessa forma, a oposição concordou com os dois adiamentos.

Estão ainda na pauta de terça-feira o veto de Bolsonaro a trecho de lei sobre o setor aéreo que garantia o despacho gratuito de uma bagagem por voo, além de vetos de Lula à Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis e à Lei Orgânica das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares.